

O Conhecimento como Bem Comum: em defesa da Universidade

A Marcelo Ruiz

Carlos Walter Porto-Gonçalves

O filósofo francês Michel Serres em seu livro *Contrato Natural* faz alusão a um quadro do pintor espanhol Goya (1746 -1828) em que dois homens lutam com bastões e, na luta, se movimentam no espaço. O espaço em que se movimentam não é um espaço vazio como costuma ser na tradição das ciências sociais, economia incluída. Não, ao contrário, o filósofo inspirando-se no pintor não deixa escapar que os dois lutadores se movimentam sobre um pântano e, assim, quanto mais se movimentam mais se afundam. Não poderia haver melhor imagem do momento em que nos encontramos enquanto humanidade em sua relação com a sua casa, a Terra. Desafortunadamente, as ciências sociais, mais uma vez economia incluída, têm mais se preocupado com as relações (lutas) sociais, com o contrato social, do que com sua inscrição no mundo da vida, enfim, com um contrato natural.



Temos, até aqui, uma ciência social que assimila os pressupostos de uma sociedade que se funda no paradigma da *dominação da natureza* que, para isso, separou os povos (as etnias, as comunidades, as nacionalidades, os camponeses e outros grupos sociais) da terra. O mito da dominação da natureza só tem sentido se os homens e mulheres (a espécie humana) não fazem (não faz) parte da natureza, pois se são (é) parte da natureza quem vai dominar o dominador? No entanto, sabemos, a ciência social imperante é antropocêntrica, mais precisamente androcêntrica ou falocrática, pois ao separar os homens/as mulheres da natureza estabeleceu o primado da espécie humana sobre a natureza, uma relação onde a natureza é um recurso para servir (serva) ao Homem (menos às mulheres). Separada a natureza da sociedade ou, mais precisamente, separada a natureza dos grupos sociais que historicamente se constituíram numa relação íntima e direta com ela, passa a imperar uma relação instrumental daqueles que a usam para fins outros que não são necessariamente para a reprodução da vida. Está aberto o caminho para que a terra/solo/subsolo/água/plantas/animais/ar não só sejam epistemologicamente separados entre si, e tenham suas “ciências específicas”, como cada parte passe a ser considerada como um recurso, literalmente, um meio para algo que lhe é estranho, que lhe é

imposto. Eis a base da ciência moderna em sua tradição eurocêntrica, capitalista (gestorial e burguesa), androcêntrica/falocrática. Com a separação dos múltiplos povos/etnias/comunidades/nacionalidades/camponeses/grupos sociais da terra toda a variada gama de conhecimentos produzida pela humanidade em sua pluralidade é desperdiçada, conhecimentos esses, diga-se de passagem, tecidos com a diversidade de nichos, veredas, quebradas, várzeas, encostas, chapadas, mesetas, restingas, manguezais, planaltos e planícies, enfim, com essas condições de vida (da vida) olvidadas por essa ciência hegemônica que ignora a vida concretamente. Enfim, há um enorme desperdício de experiência humana (Boaventura de Sousa Santos) em conhecimentos: alimentos, remédios, arquiteturas, convivências, paisagens e horizontes de sentidos de existência.

Toda essa larga introdução se faz necessária para que possamos entender e nos posicionar diante da crise civilizatória que a moderno-colonialidade capitalista nos precipita com suas múltiplas crises (Armando Bartra) que se retroalimentam: crise ambiental (desmatamento, erosão, desertificação, escassez de água, mudança climática desigual em suas múltiplas escalas geográficas), crise energética, crise alimentar, crise migratória, crise da urbanização (cidades entrópicas e entropizantes), crise política (democracias débeis), crise sanitária (enfermidades de pobres, enfermidades de ricos, pandemias, ebola, aids, gripe aviária, vaca louca, gripe suína), crise militar (guerras por todo lado), crise econômica. Reafirmemos: crises que remetem uma à outra, uma crise civilizatória multidimensional

Assim como a primeira revolução prometeica com o domínio do fogo teve uma enorme relevância no processo de hominização proporcionando as agriculturas, a segunda revolução prometeica, com a máquina a vapor movida a combustíveis fósseis, terá implicações profundas por sua difusão geográfica impulsionada por sua vontade de poder associada à acumulação incessante de capital. Não há como dissociar a velocidade da difusão geográfica a partir da Europa do sistema técnico que nasce com a revolução (nas relações sociais e de poder) industrial do seu caráter capitalista (gestorial/burguês). A sigla HP esconde/revela o deslocamento geográfico do mundo da vida. Até o momento da Revolução (nas relações sociais e de poder) Industrial se trabalhava semeando/cultivando/cultuando a terra com a tração animal e, com isso, associando a agricultura à criação dos animais conformando-se aldeias/povoados/vilas e mercados onde se davam as trocas sociais, sendo o mercado o lugar da troca da vida material (Braudel): as feiras geralmente associadas aos cultos (religiosidades). A sigla HP é um múltiplo da força do cavalo – *Horse Power* – onde o cavalo torna-se equivalente geral – HP. Com a generalização do uso da máquina a vapor, com sua aplicação aos meios de transportes com as ferrovias e, sobretudo com a navegação transoceânica, os lugares/as aldeias/os povoados/as vilas, os mercados onde se davam as trocas da vida material são des-envolvidos num sentido muito preciso: perdem seu envolvimento (*environment*) próprio. Através dos trens e dos navios as cidades e os portos devem ser regidos pelo mesmo tempo que se propaga como se fosse natural. O relógio, essa invenção medieval feita para controlar as horas para rezar (horas canônicas), conforme nos ensina Lewis Mumford, passará a medir o tempo do mundo: *time is money*. Os povos/lugares/regiões/países/continentes que não se adaptem a esse tempo-mundo são atrasados. Greenwich é o Meridiano Zero e, desde o século XIX, é o meridiano-referência que se impõe com a objetividade da ciência substituindo o meridiano de Tordesilhas que a Igreja Católica havia estabelecido em 1494 como divisor do mundo. A revolução nas técnicas da cartografia efetuadas pelo flamengo Gerardus Mercator (1512-1594) já sinalizava que o espaço deveria ser medido pelo tempo com suas latitudes e longitudes medidos em graus, minutos e segundos, preocupado com o tempo de viagem dos mercadores. Como se vê o mundo tem dono e se marca a Terra como se marca o gado. Toda uma *episteme* que matematiza e submete o

mundo a uma temporalidade única se impõe e não é um tempo natural, mas o *time* que se quer *money*.

Somente nesse contexto se impõe a teoria, nada natural, das vantagens comparativas onde cada lugar/região/país se especializa e, com isso, se impõe uma perversa divisão intra-urbana/urbana-rural/regional/nacional/internacional do trabalho numa socialização capitalista das forças produtivas onde todos dependemos de todos sob a lógica do capital, haja vista que tudo isso se dá sobre a separação antes aludida dos povos/comunidades das condições materiais da existência da vida. A propriedade privada, priva. Muda a escala espaço-temporal do metabolismo da humanidade, na sua pluralidade, com a Terra com o des-envolvimento, melhor seria dizer com a desterritorialização dos povos da terra iniciada em 1492 e acelerada com a Revolução (nas relações sociais e de poder) Industrial. Instaura-se uma tensão territorial permanente entre o espaço-tempo do capital e as múltiplas territorialidades do mundo. Histórias locais/projeto global diria Walter Mignolo.

A energia, ensinam-nos os físicos, é a capacidade de realizar trabalho, e o trabalho, ainda segundo os físicos, é a capacidade de transformar a matéria. Em virtude disso, o domínio da tecnologia que define a matriz energética (Ciclos de motor Otto, Diesel e Brayton) e o controle de suas fontes tornam-se estratégicos e toda uma geopolítica do conhecimento e militar se estabelece. Não olvidemos que todo um sistema de normas, que se dirá técnico – sistema de pesos e medidas, não só o sistema métrico decimal, mas todo o sistema que também se quer universal sobre os volumes, medida da energia, os quilowatts – impõe uma mesma métrica a um mundo diverso em seus ritmos biogeofísicos e culturais. Um tempo retilíneo uniforme e linear se impõe: é a lógica capitalista (Gestorial e Burguesa). O tempo sob controle dos gestores/burgueses que Chaplin bem denominou tempos modernos.

É preciso reconhecer essa ruptura no circuito metabólico da humanidade com a Terra a partir da revolução (nas relações sociais e de poder) Industrial. Todavia, é preciso reconhecer também que essa transformação não é/foi homogênea no espaço geográfico. A destruição/devastação foi seletiva social e geograficamente. Foi contra os povos originários, negros e índios, e usou das drogas, da coca ao ópio, para saquear territórios de Potosi à China (Machado Araoz). Nós, na América Latina e no Caribe, experimentamos no corpo – e o espaço geográfico é constituído pela relação de corpos. Cada passo de toda a evolução da tabela periódica da química ao longo do século XVIII e sobretudo do século XIX, depois da vasta exploração do mercúrio, da prata e do ouro, até as minas de cobre, de ferro, de bauxita-alumínio, do zinco e tantos outros serão sentidos como devastação, violência, genocídio e etnocídio na África, na Ásia e na América Latina, principalmente, embora não escapassem aos olhos de Emile Zola a miséria dos mineiros do “Primeiro Mundo”.

Desde o século XVI que se introduzira aqui uma técnica de poder (Machiavel) até então marginal na geografia histórica da humanidade na sua pluralidade: a técnica da monocultura. Desde então passamos a ter a monocultura em larga escala de cana, de tabaco, de algodão, etc. Até então, produzir um só produto era rigorosamente falando uma irracionalidade. Nenhum grupo social fazia monocultura. Assim, a monocultura foi imposta, sendo uma técnica de poder na exata medida em que significava produzir não para si mesmo ou para sua comunidade geograficamente imediata. Como ninguém o faria espontaneamente se obrigou o diferente - o índio, o negro – racializando a classificação social. Monocultura, latifúndio, escravidão e racismo foram as bases do capitalismo colonial e sua lógica falocêntrica de dominação que nos habita até hoje. E desde o século XVI exportamos produtos manufaturados – açúcar - e não cana, uma

matéria prima, como nos ensinam nas escolas. O açúcar era produzido em engenhos, as primeiras fábricas modernas (e coloniais) que estavam nas colônias em Cuba, Haiti e Brasil.

Essas múltiplas dimensões – monocultura, tecnologia de ponta (engenhos à época), escravidão e racismo - nos acompanham desde o período colonial conformando uma heterarquia (Ramón Grosfogel) e constituindo um mundo com uma heterogeneidade histórico estrutural (Anibal Quijano). Salientemos toda implicação do sistema técnico – a monocultura e os engenhos - como parte das relações sociais e de poder – racismo e escravidão. Tudo isso a serviço da acumulação incessante de capital, de início na primeira modernidade sob hegemonia ibérica sob a proteção da Cruz e da Espada e, depois, em finais do século XVIII da Ciência e, como sempre, da Espada, na segunda modernidade já sob hegemonia britânica e, depois (1945), sob a Pax estadunidense.

Todo o conhecimento produzido pela humanidade em sua aventura no planeta com conhecimentos tecidos com os diferentes nichos geográficos está materializado na comida, na medicina, na arquitetura nas diversas formas sociais e simbolizado em múltiplas línguas em suas gramáticas diversas. Afinal, nenhum grupo social deixa de produzir sua comida, sua medicina, sua arquitetura, suas regras sociais e no plantar há um saber, assim como há um saber no remédio que nos cura, na habitação que nos abriga, na invenção de sentidos que essa diversidade inspira.

É tudo isso que está ameaçado por uma ciência a serviço da dominação, da acumulação incessante de capital, do desenvolvimento das forças produtivas como se isso fosse um valor em si mesmo. Uma ciência que se coloca a serviço do interesse privado e que, assim, já não publica sua descoberta porque seu conhecimento não é público. É para ser patenteado. E como a ciência é o “regime de verdade” (Foucault) da sociedade moderna, regime de verdade esse que quer colonizar o saber tout court, nós que defendamos a universidade pública estamos diante de enormes desafios na mediação política emancipatória nesse “caos sistêmico” que exige de nós firmeza diante de alguns princípios como esse do(s) conhecimento(s) como bem comum. E Marcelo Ruiz é inspiração.